

HISTÓRIAS DE MANAUS: ENTRE MEMÓRIAS E LITERATURA

Leno José Barata Souza*

RESUMO

Partindo dos estudos de doutorado, o artigo pretende demonstrar como a narrativa literária atuou nas minhas reflexões sobre a cultura das moradias flutuantes na cidade de Manaus. Dessa forma, respeitando os discursos próprios de cada matéria, o artigo busca uma interface entre memória histórica e literatura, entendendo que tal interação possa representar outro promissor veio investigativo de uma determinada realidade social.

PALAVRAS-CHAVE: História, Literatura, Memória, Manaus, Cidade flutuante.

ABSTRACT

This paper aims at demonstrating how the literary narrative influenced my thinking on Manaus floating houses culture. Thus, respecting the discourses of each subject, the article seeks an interface between literature and historical memory once such interaction may represent another promising investigative approach from a particular social reality.

KEYWORDS: History, literature, memory, Manaus, floating city.

* Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-doutorando pela Università Ca' Foscari di Venezia com Bolsa de Estudo da CAPES; lenojbarata@ig.com.br ou veneziaunica@bol.com.br. O artigo é inspirado em meu doutorado: “Cidade Flutuante, uma Manaus sobre as águas: 1920-1967”, defendido em 2010.

Introdução

O grande obstáculo, hoje cada vez mais superado, de aproximação entre história e literatura, se prende ao caráter de realidade da narrativa histórica e, por outro lado, a natureza fictícia da literatura. Lembramos bem de ter aprendido, na antiga escola primária, que história grafada com “h” é sinônimo de realidade e com “e” de irrealdade, naturezas antagônicas e, portanto, irreconciliáveis. O inesquecível “Era uma vez” das estórias que líamos e ouvíamos, era a centelha que nos introduzia em mundo imaginário, prenhe de fantasias.

Essa dicotomia (história-estória), de alguma forma, em pleno doutorado, ainda permanecia viva em nossa mente quando resolvemos nos voltar para a narrativa literária como instrumento de informação histórica. O discurso literário mesmo parecendo estar suspenso no ar, não significa que ele seja a-histórico, desencarnado de realidades, pelo contrário (como buscaremos demonstrar nas reflexões abaixo) ele não só explica muito dessas, como ainda é porta-voz e produtor de culturas próprias, haja vista que, tanto quanto o discurso histórico, a literatura também se origina a partir da vida humana.

Foi partindo de “estórias do tempo da carochinha”, por exemplo, recheadas de “Era uma vez”, como “Chapeuzinho Vermelho”, que Robert Darnton (1986) elaborou um perfil original da mentalidade francesa do Antigo Regime, procurando não apenas discutir o que aquela sociedade pensava, mas como pensava e compreendia a realidade social da qual também eram artífices.

Nicolau Sevcenko, tendo a “Literatura como missão”, também rediscutiu o contexto cultural da sociedade brasileira no período da Primeira República. Em sua obra, os desdobramentos da nova ordem política brasileira se fizeram sentir sob a pena literária de Lima Barreto e Euclides da Cunha, cujas obras, levaram o autor a uma releitura histórica da sociedade brasileira do período (SEVCENKO, 1985).

Começamos a utilizar a literatura como fonte histórica em 2005 por conta das necessidades do projeto de doutorado sobre a cidade flutuante de Manaus entre os anos de 1920 e 1967 e que correspondeu a um modelo de ocupação das águas urbanas de Manaus por intermédio de casas sobre as águas do Rio Negro e igarapés da capital amazonense (BARATA SOUZA: 2005).

Fenômeno que, apesar de sua contemporaneidade, permanecia envolto por silêncios historiográficos que pouca atenção davam aos mais de 12.000 moradores em

suas 2.500 casas flutuantes que a cidade sobre as águas chegou a abrigar no início dos anos 60. As fontes impressas utilizadas nessa investigação: jornais, bibliografia pertinente e documentação de governo, sobretudo no tocante ao início do fenômeno, quase nada nos diziam. Assim, decidimos enveredar primeiro pela seara da história oral e, vez por outra, por uma literatura amazônica que pudessem salvar o projeto da inércia na qual se encontrava.

A partir de então, se a literatura nunca se tornou nossa principal fonte de pesquisa (como aconteceria com a história oral), por outro lado, em ocasiões chaves, recorriamos a ela, não para preencher lacunas do discurso histórico ou para ornar as narrativas orais, mas para lançar mão de uma poderosa narrativa que também dava a conhecer a realidade histórica de nossas preocupações: a cultura das casas flutuantes no Amazonas, especialmente, em Manaus.

É preciso salientar, e vários historiadores que utilizam a literatura em seus trabalhos o fizeram, a diferença dos discursos de uma e outra. Se ao literato os voos narrativos, mais do que permitidos, são necessários para compor uma realidade própria da literatura, que se movimentando ao sabor da imaginação do leitor; ao historiador, mesmo já livre das amarras do positivismo histórico, tais arroubos não são permitidos.

Sempre estamos ligados por uma espécie de elástico que tensionamos ao máximo, mas que sempre nos “puxa”, e assim deve ser, para os nossos compromissos e responsabilidades com a realidade social, nosso “chão” de onde partem nossas pesquisas e para onde, obrigatoriamente, elas (a volta do elástico) têm que voltar.

Por conseguinte, nos ocorreu, nas linhas e limites desse artigo, demonstrar e discutir algumas interações entre literatura e as reflexões da pesquisa histórica que, desde 2005, norteiam nossas investigações e inquietações. Mesmo alertando os leitores que sou um historiador e não um literato e que é sobre essa seara do conhecimento que nos movemos, isso não nos exime das responsabilidades pelas palavras que seguem.

Manaus: entre Histórias e Memórias

No início da tese, quando procurávamos rastrear a vida em flutuante na cidade de Manaus, as fontes impressas eram raras e esparsas, além do que, pouco convenciam também. Mesmo esticando o tempo (antes de 1920) e espaço (outras águas, além de Manaus) da nossa pesquisa, as referências históricas pouco se diferenciavam das fontes relacionadas à Manaus, ou, como me ensinou os entrevistados João Cesário da Silva e

seu irmão Mario dos Santos, ambos naturais da Ilha do Manaquiri no Rio Solimões, elas obedeciam à própria cadência do tempo de surgimento dos flutuantes.¹

João, nato a 1931, foi logo dizendo, “Em 1920 já tinha flutuante, até no ano em que eu nasci, flutuante já existia, mas em vários lugares, um aqui, outro ali, outro acolá, era raro de se vê”; Mario, de 1942, foi mais taxativo: “A notícia que eu tenho de flutuante é muito antes do meu nascimento, eu nasci em 42, muito antes do meu nascimento, a minha avó já falava em flutuante lá onde nos morávamos” no Lago do Limão, terras do Manaquiri, décimo distrito do Careiro, a época, pertence a Manaus.

Os irmãos contavam não apenas o que viam, mas ainda o que ouviam de seus antepassados reafirmando a memória, a exemplo de Portelli (1997: 16), enquanto uma construção social concretizada na consciência e na linguagem das pessoas, apreendida e significada na cultura do lugar e que antecede o próprio nascimento. Ou seja, as memórias não são formadas apenas pelas experiências vividas/presenciadas, quando as pessoas “puxam pela memória”, muitas de suas lembranças também se revelam pelas histórias que há gerações lhes são contadas.

Se os flutuantes já eram uma realidade social ao tempo dos avós de João e Mario, nos voltamos então para meados do século XIX, nas águas do interior amazônico. Agora não mais por intermédio de livros, mensagens e relatórios, mas à luz da literatura dos viajantes que estiveram na região naquele período, nos deixando descrições das mais preciosas.

A primeira menção encontrada sobre flutuantes no Amazonas foi pinçada da viagem de Spix e Martius em 1819. Eles estavam próximos aos Rios Purus e Solimões, às vésperas das cheias, quando notaram entre os índios Purupurus o hábito de “mudar-se para o próprio rio, estabelecem-se sobre a **madeira flutuante** [...] oferecendo uma base vacilante para suas miseráveis choças” (SPIX e MARTIUS, 1976: 169. Grifo nosso).

Na Coari, futuro berço de nascimento dos nossos entrevistados Francisca e Francisco Pereira da Silva, mãe e filho (1913 e 1949), cem anos antes, na então vila de Coari de 1847, esteve outro viajante, o francês Paul Marcoy que, se não ficou muito impressionado com o lugar, mereceu destaque em seu diário de bordo o costume de morar sobre as águas, sobretudo quando das grandes cheias: “Surpreendidos pela água, os moradores correriam o risco de afogar em seus próprios lares se as **casas flutuantes** não estivessem a mão para servir de refúgio” (MARCOY, 2001: 141,142. Grifo nosso).

¹ Para evitar repetições, sublinho que todas as entrevistas foram feitas pelo autor, em Manaus, entre os anos de 2005 e 2009. Ao final do artigo, arrolei detalhadamente os entrevistados.

Se foram os antepassados de João e Mario que iluminaram os dispersos flutuantes de Spix e Martius e de Paul Marcoy, por outro lado, foram estes que potencializaram sua narrativa oral, me oferecendo um tempo e um espaço, mas, sobretudo, novos feixes históricos que nos ajudariam a começar entrever esse peculiar modo de vida onde a experiência de morar sobre, ou próximo as águas é uma das expressões culturais mais significativas da Amazônia.

Na esperança de encontrar mais moradias flutuantes, pilhamos outros diários de viajantes do período, todavia, nenhuma linha sobre o assunto foi encontrada. Tivemos que atravessar todo esse contexto histórico, até o fim da Primeira Guerra, para podermos observar a cultura dos flutuantes como um poderoso modo de vida do lugar.

Nessa travessia a oralidade dos nossos entrevistados, como sempre, foi fundamental, mas, por vezes, também atravessada por uma preciosa e estratégica literatura. Nesses termos, retomemos a conversa com os irmãos Mário dos Santos e João Cesário. Mário, depois de voltar ao tempo das narrativas de sua avó, entrelaça-o ao tempo de seu nascimento (1942), para em seguida nos contar que, na boca do Lago do Limão, além de residências, existiam algumas mercearias também flutuantes onde iam comprar mantimentos para casa, “três ou quatro [flutuantes] [...] a gente vinha de lá, lá de dentro, fazer compras no flutuante [...] lá tinha mais ou menos o que a gente queria”.

Mário não se lembrou dos nomes das casas comerciais, mas João pontuou o sortido comércio flutuante de seu Tavares, estacionado entre o Lago do Limão e o Rio Solimões. Caso eles não encontrassem, em algum daqueles comércios, determinado item da lista de compras, podiam esticar um pouco mais a viagem e, como narrou Mário, aprumar a canoa, “[...] descendo um pouco mais, lá no Careiro, que era lá no Jaraqui [...]”, sede do distrito, onde “havia vários flutuantes ali e no percurso também outros flutuantes pequenos”.

Da mesma Manaquiri, nos falamos outros dois narradores manaquirenses. Segundo Sebastião Garcia, nato em 1938, existiam muitos comércios em terra e em flutuantes, de um destes, seu pai era freqüentador assíduo: “[...] lá, vila do Manaquiri tinha muitos na época, não era só em terra [...] tinha em flutuante de comércio, mais de comércio”. Vivaldo Correa, nato a 1935, mesmo não se lembrando de tantos flutuantes no Manaquiri, nos assegurando que na curva do rio onde morava com a família, os flutuantes não eram tão numerosos, ainda assim, ele nunca esqueceu que, na volta das pescarias com o pai, aportavam a canoa num dos “[...] dois flutuantes que as pessoas

conhecia [...]” para fazer negócios, “[...] lá era só dois flutuante [...]”, o do Mendonça e do Amaro (ou Ramalho), detalhou Vivaldo.

Um destes comerciantes tanto poderia ser uma personagem dos contos ribeirinhos de Francisco Vasconcelos, nato a Coari em 1933,² como Djalma Cortezão, pai de uma de nossas entrevistadas, Edneia Roque Cortezão, nata a 1960 em Manaus. Na literatura de Vasconcelos encontramos Jorge Turco, dono de um flutuante, “[...] casa de morar e lugar de bons negócios na boca do paraná [...]”. Jorge, segue Vasconcelos, herdou a profissão do pai, o velho Assad, um dos primeiros regatões da região que,³ com o passar dos anos, transformou seu batelão em uma casa comercial flutuante, onde Jorge, após a morte do pai, se estabeleceu definitivamente (VASCONCELOS, 1985: 33-36).

Quem era cliente fiel no flutuante de Jorge Turco era Zé Pedro que ali tinha uma longa conta, dívida não saudada nem quando ele permutou um couro de pirarucu, ou mesmo quando “empenhou” o filho mais velho para trabalhar no flutuante do turco em troca de alguns outros fiados que, ainda assim, só conseguia depois de muita negociação, afinal, o freguês, como ensinou o pai de “Bagabem”, tem sempre razão.

A costumeira tranquilidade dos negócios nas águas de Zé Pedro e Jorge Turco só era alterada “[...] pela indesejável presença, uma vez ou outra, dos pequenos regatões, com quem Jorge sempre entrava em choque [...]”. Nada também de entreveros muito sérios, depois de algumas ameaças, acusações e palavrões, sempre era possível negociar. Afinal de contas, Jorge Turco não esquecera suas raízes de regatão, por isso guardava simpatia pela classe, os palavrões logo viravam conversas e as ameaças viravam negócios (Ibid.: 33-37).

Djalma Cortezão, também foi regatão e, trabalhando nos flutuantes da família nas águas do município de Autazes no Rio Madeira (lugar de origem da família), recebia as melancias da agricultura cabocla e vinha até Manaus oferecê-las no Mercado Público. Já morador de Manaus em 1955 e dando continuidade a um costume de família, abriu uma casa comercial flutuante na cidade, comprou um barco e viveu pelos interiores negociando produtos que pudesse revender em Manaus.

A figura do regatão, via historiografia, ora era recuperada como um embusteiro ludibriador do “pobre e inocente” ribeirinho merecendo, por isso, a condenação de

² Município interiorano do Médio Rio Solimões.

³ Regatão se refere a antigos comerciantes que abasteciam suas embarcações com os mais variados produtos e iam pelos rios oferecendo seus produtos para os ribeirinhos e outros comerciantes do lugar.

alguns escritores como Reis (1977: 246) que não hesitou: “Em meio a esse desavergonhado processo de trabalho que foi a sua característica principal...”; ora, no reverso da medalha, era apreciada como um herói, linhas encontradas em Benchimol (1977: 543) que se refere aos regatões como uma espécie de valentes cavaleiros das águas, antagonistas dos “[...] aviadores tradicionais, do monopólio dos seringais e dos rios fechados dos Coronéis de Barranco [...] em desafio também ao domínio dos grandes estabelecimentos comerciais [...]” de Manaus e Belém.

Por outro viés, não acreditamos em uma história de heróis e vilões, vítimas e algozes, é preciso destacar que Benchimol fala do alto de suas raízes judias, povo que, depois da saída dos investidores estrangeiros do início do século, passou a dominar as atividades econômicas da região, entre elas, a dos regatões; o próprio avô de Edneia Cortezão, Izac Benssil, era de origem judia, imigrante para o Amazonas em fins da década de vinte.

Arthur Reis, por sua vez, grande historiador positivista, era filho do presidente do maior jornal do estado à época, o Jornal do Comércio, pautou seus trabalhos sobre os “grandes homens” da sociedade amazonense, seus pares; os regatões, portadores de um “desavergonhado processo de trabalho”, jamais figurariam entre estes, a menos que fosse para incriminar e condenar suas práticas.

Preferimos as projeções da literatura de Vasconcelos e das memórias de Edneia que dão vida a sujeitos sociais: regatões, ribeirinhos e comerciantes, cujas vidas, em determinado ponto do rio, se cruzavam e se desafiavam. O ribeirinho, por exemplo, trocava sem titubear várias melancias por um bom anzol, não porque fosse um idiota vitimizado pela lábia dos regatões, mas porque sabia que as melancias lhes sobravam no quintal de casa e aquele único anzol poderia representar uma boa pesca e uns bons “trocados” com o couro, ambos importantes para o sustento de sua família.

Quando Zé Pedro “empenhou” o filho no flutuante de Jorge Turco, não o fez porque era um mau pai e sim porque, além de protelar a dívida, abria créditos para outros fiados, importantes para a sobrevivência da família, especialmente em épocas de grandes alagações como a que estava sofrendo. Ele garantia ainda a alimentação de um filho, menos uma boca em seu tapiri ali na margem do rio, próximo ao flutuante de “Bagabem”, mas, sobretudo perto de seu “curumim”. Por outro lado, o turco “ranheta”, no fundo, se dava por satisfeito, garantia um empregado com custos mínimos e, principalmente, não perdia um freguês tão leal.

A entrevistada Francisca da Silva, nascida em 1913 em Coari, não entregava seus ricos maxixes – zelosamente cultivados em seu canteiro – preparava milho cozido e bolinhos, apenas por sorrisos fartos e uma boa conversa, ainda que esses lhes fossem bastante sinceros. Ela sabia também que dali vinha o arroz, o enlatado, o café, alguns presentes e mesmo o “tal” do refrigerante que devia maravilhar as vistas, mas também refrescava a “goela” nos dias de verão.

Djalma Cortezão, por sua vez, não aceitaria as várias fileiras de melancia levadas ao flutuante, caso elas não tivessem uma ótima saída no Mercado de Manaus; o pai de Vivaldo Correa negociava nos flutuantes apenas alguns pescados, outros tantos levava para comer em casa junto com o arroz e o sal, ali permutados. O sal, sempre exigido pelo pai de Vivaldo nas trocas, era essencial para a conservação dos peixes, mantendo o suprimento da família. Ele sabia muito bem pelo que trocava seus ricos e suados pescados, especialmente os pirarucus.

Dessa maneira, acreditamos que as histórias/memórias de Djalma Cortezão, narradas por sua filha Edneia e vivenciadas por Sebastião Garcia, João Cesário, Mario dos Santos, Vivaldo Correa e Francisca da Silva, tenham a força para encarnar os contos ribeirinhos de Jorge Turco e Zé Pedro personagens construídos/inventados pelo literato amazonense Francisco Vasconcelos.

A oralidade dos nossos narradores acabou por personificar as personagens de uma literatura que íamos descobrindo pelo caminho, mas não era apenas uma via de mão única. A literatura, por sua vez, abria o leque de discussões, no tocante, por exemplo, aos primeiros instantes dos flutuantes, tingindo, aqui e ali, com palavras fortes e vivas nossas reflexões sobre a cultura amazônica de morar e trabalhar sobre as águas.

Confrontando oralidade e literatura, podemos perceber que os flutuantes, diferente do que supúnhamos, não apenas tinham um tempo de vida bem anterior a 1920, como não eram criações da “cidade flutuante” de Manaus, mas modos de vida típicos dos beiradões amazônicos interioranos e que apenas a partir da Primeira Guerra, quando as exportações da borracha amazônica entram em declínio, começaram timidamente a se integrar sobre as águas do Rio Negro e igarapés da cidade de Manaus.

De início, segundo as narrativas acima, como cenário secundário, ainda pouco destacado do meio natural, mas, posteriormente, como uma paisagem social significativa, tanto nas águas do interior do Amazonas como, em seguida, aportando também nas águas de Manaus, futuro ancoradouro da cidade flutuante nos anos sessenta e o lugar da nossa tese.

Manaus: entre o Cientista e o Poeta

Uma vanguarda da historiografia amazonense, também produtora de uma memória hegemônica, interpreta Manaus, entre a Primeira Guerra e a Zona Franca Industrial em 1967, exclusivamente pelas causas e conseqüências da crise econômica da borracha, cujo auge da bancarrota foi a década de trinta (BENCHIMOL, 1977: 25).

Luiz de Miranda Correa, representante dessa história, em obra de 1969, comemorativa ao tricentenário de fundação de Manaus, analisando, a partir dos anos vinte, o movimento do Porto da cidade, oferece um índice dessa urbe silenciosa pensada cultural e economicamente vegetativa:

A **melancolia** que tomava conta da cidade, a apatia de uma elite que se entregava fatalisticamente a derrota total, pareciam **paralisar** as instalações e dependências outrora movimentadas do porto de Manaus. Era a decadência, uma **longa noite de inércia** e desencanto baixava sobre a metrópole do Rio Negro [...] (CORREA, 1969: 63. Grifo meu).

O caos paralisante que as linhas dessa historiografia expressavam, defensora de uma Manaus tão inerte quanto os seus cultuados monumentos de “pedra e cal”, forneceram o “combustível” ideológico que ainda hoje alimenta um dos mais fortes conceitos da cidade: a “Manaus da crise”.

Como principal porta-voz desse conceito, para essa escrita da história local, o passado da cidade, digno de nota, se encerra junto com o fim dos “belos tempos” da borracha. Quanto aos instantes posteriores, o dos flutuantes, por exemplo, interesse de nosso doutorado, poucas linhas, como se esse tempo pretérito não escrito, não lembrado e não discutido, pudesse materializar a cidade pretendida como “inexistente”.

Também “auto-explicativo”, sucedia o celebrado conceito da “Manaus da borracha” com sua efêmera e elitista *belle époque*. O conceito da “Manaus da crise”, mesmo que por explicações completamente opostas àquele, procurava condicionar também um processo amplo e múltiplo em torno de uma ideia-força: a crise total, definitiva e paralisante.⁴

Tais discursos pretendiam “congelar” a cidade em seu tempo belo, não interessando, a menos que fosse para condenar, todo o reordenamento urbano em voga

⁴ Sublinho como fonte de inspiração para a rediscussão destes conceitos, a obra de Thompson (1978).

na capital que, a partir do Rio Negro com suas palafitas e flutuantes, começou a empurrar os limites da cidade nas mais variadas direções, inventando e reconstruindo territórios para as suas casas, seus trabalhos e seus lazeres; recriando sociabilidades que, por intermédio dos mais diferentes valores, acaloravam as disputas, recriavam histórias e desafiavam memórias oficiais de uma urbe em mudança.

Desse modo, querendo escapar de leituras, cujas linhas pleiteiam uma unilateralidade histórica, destacamos agora outras narrativas de Manaus que nos permita uma releitura dessa cidade. Em suas linhas e entrelinhas buscamos nos aproximar de uma urbe para além dessa passiva, que apenas esperava por dias melhores, animada por discursos que tenderam a desencarnar a cidade de experiências humanas, codificando os sentidos da crise econômica a um caos paralisante, como se a cidade e sua sociedade tivessem deixado mesmo de existir.

Destarte, serão confrontadas as histórias dos nossos entrevistados e de alguns escritores, especialmente o cientista social Samuel Benchimol e o poeta Thiago de Mello, ambos também reconstróem, a partir de suas memórias, a Manaus que viram e viveram. Não se trata de negar os difíceis anos da crise econômica, mas de perceber que a vida seguiu pelos mais variados caminhos, inclusive os insuspeitos, ela foi sentida e interpretada por diferentes segmentos da sociedade manauense aos quais acreditamos que os capilares enredos de vida do cientista e do poeta possam representar.

Como a entrevistada Creuza de Andrade, nata a 1949, o famoso poeta amazonense Thiago de Mello também veio de Barreirinha,⁵ onde nasceu em 1926 e, antes de terminar a década, “subiu o rio” com a família para tentarem melhores dias na capital. O poeta em seu texto reconstrói a história de sua vida, de seus pares e de sua cidade, sem preocupações lineares, amalgamando aqui e ali realidades entrecruzadas a sua de “[...] menino pobre [...] nas beiradas dos nossos igarapés [...] da serraria do Monte Cristo [...]”, semelhante à infância de Vivaldo Correa que, nos primeiros anos de Manaus, também foi viver nas margens do Igarapé dos Educandos.

Thiago de Mello, mesmo reconhecendo o “fim da grande vida”, da qual ele e os entrevistados nunca participaram, com Manaus ingressando “[...] no seu largo período de declínio e estagnação [...]”, não o faz em tons de desespero e pesares, mas, como Creuza e Vivaldo, Mello também edifica a história de Manaus por intermédio “[...] do que a borracha trouxe de benefício público [...]”, com seu “[...] bom serviço de águas e

⁵ Baixo Amazonas, a 420 km por via fluvial da capital, próximo a cidade de Parintins.

esgotos, uma excelente luz de carvão e arco voltaico, transporte urbano...” (Mello, 1984: 28). Serviços que nunca foram usufruídos pela maioria dos moradores, a não ser em meio às memórias e histórias recontadas por gerações sobre a idílica “Manaus da borracha” com seus eficientes e democráticos serviços públicos.⁶

A “tal” crise da borracha não provocaria uma mudança radical na condição econômica e cultural desses moradores que, como sublinha o poeta, naqueles tempos difíceis “o povo continuou sendo povo” (Ibid, 1984: 28). É essa referência social que atravessa as crônicas e memórias de Thiago de Mello.

O mesmo não se aplica ao cientista social Samuel Benchimol; de bem nascido (1923) e herdeiro das “empresas” da família, passa a condição, das mais comuns na época, de filho de “aviador de estiva e seringalista” falido e devedor de somas impagáveis. Seu futuro, antes promissor, desmorona diante dos seus olhos. A crise para a família Benchimol anima-se por cores aterradoras e fatalistas, significando uma transformação sócio-cultural, traumática, profunda e completa em suas vidas.

Benchimol (1977: 23, 28-29 e 31) sentiu os anos da crise econômica quase como um cataclismo que “paralisou” o tempo, “[...] marcas indeléveis de luta, de pobreza, de miséria e de doença [...]” sintonizada a “hecatombe econômica” das lembranças de Mario e Julião Ramos ambos, a exemplo de Benchimol, também filhos de um outrora abastardo proprietário Amazonense, Bernardo Ramos que, por conta da crise, também se encontrava em adiantado estado de falência (Ramos e Ramos, 1965: 160).

Os sentimentos de Benchimol, Mário e Julião se afinam às ideias que animaram o conceito da “Manaus da crise” e, igualmente, contagiaram as primeiras tintas historiográficas do assunto, das quais Benchimol é um dos grandes representantes.

O poeta Thiago de Mello, por sua vez, retoma os “anos negros” de Benchimol sob duas perspectivas: ou consola-se com a herança material dos tempos de *belle époque*, perfilando-se assim a memória hegemônica reverenciadora da cidade-monumento, ou, em uma compreensão histórica das mais originais, interpreta os acontecimentos como uma nova oportunidade para a cidade recomeçar.

Manaus, abatida pela crise, deveria partir do zero, trilhar novos caminhos em busca de uma autenticidade cultural de “[...] valores que não se deixam amassar, submissos, pelos elementos poderosos da cultura européia colonizadora”. Nesse

⁶ No mestrado sobre a Manaus da borracha, pudemos apurar, entre 1908 e 1917, 817 queixas populares na imprensa de Manaus sobre a má e/ou a falta de serviços públicos (BARATA SOUZA, 2005: 150-258).

horizonte difícil que se aproxima, a Manaus do poeta teria que caminhar/recuperar o que o autor chama de “amazonidade”, um movimento de ideias animado por traços e trejeitos genuinamente amazônicos com os quais, segue recitando Mello:

Manaus abre para sua gente caminhos de reencontro com sua própria autenticidade cultural. Apagados os brilhos das lantejoulas estrangeiras, que tanto a ofuscavam, a cidade redescobriu e deu o devido valor à sossegada, mas permanente luz que lhe nascia dos âmagos mais fundos. É acertado e é justo reconhecer que houve naquele período um instinto e bonito movimento de recuperação da nossa **amazonidade**. Imposto dialeticamente pela dura contingência (MELLO, 1984: 29,30. Grifo meu).

Possivelmente, Thiago de Mello, para animar sua ideia de “amazonidade”, se inspirou em Álvaro Maia que, além de interventor varguista no Amazonas e grande figura política, foi um dos mais brilhantes intelectuais da época. Em sua obra, “Canção de Fé e Esperança”, defendia o movimento local conhecido como “glebarista”, pregando a valorização de tudo genuinamente amazonense. Tais ações e palavras reverberavam a conjuntura nacional de ebulição artística provocada pela Semana de Artes Moderna de 1922 que, entre outras inquietações, propunha uma rediscussão da identidade nacional voltada para um sentimento de brasilidade/regionalidade. A “Canção de Fé e Esperança” foi pronunciada no Teatro Amazonas em 1923.

Nas linhas das memórias de Thiago de Mello, fez-se fortemente presente sua verve de poeta, uma espécie de “trovador” das causas amazônicas, explicando seu tempo como um recomeço, uma espécie de “meio termo” entre os belos tempos recém findados, dos quais restou a nostalgia, e as esperanças de um futuro melhor que a Zona Franca passou a sinalizar a partir dos anos sessenta, quando o autor estava escrevendo suas “Memórias” de Manaus.

Desse modo, a “amazonidade” de Mello, como uma ponte entre dois tempos da cidade, representou para o poeta uma preparação de Manaus, um ensaio para a recuperação de suas forças, depois do qual, como que saindo do “limbo”, a capital amazonense estaria melhor preparada para retomar os caminhos, há tempos perdidos, de prosperidade e felicidade.

Mas, nesse ponto, o que nos traria as memórias dos entrevistados? Propusemos-lhes o momento da chegada, do desembarque na capital que, ao contrário do que eu esperava, não lhes impressionou, pouco lhes encantou e isso desde os primeiros a

chegarem como Maria Borél em 1921, Vivaldo Correa, 1943 e João Cesário, 1944, aos últimos como Creuza de Andrade, 1959, Anísio Pedro, 1961 e Francisco da Silva, 1962.

Quando da pergunta sobre a Manaus que conheceram entre os anos vinte e sessenta, a tônica de suas narrativas sempre recupera uma urbe acanhada e desprovida de grandes agitações. Maria lembrou que a cidade “não tinha movimento”; Vivaldo e Creuza não se impressionaram com a “pequena cidade” e ainda, em tom quase idêntico, a Manaus de João “naquele tempo não tinha quase nada né, tinha pouco movimento aí”.

Será que as memórias dos narradores se alinham à inércia sócio-cultural das narrativas tradicionais? Sem dúvida, suas lembranças também não escapam a ideia-força da “Manaus da borracha” com sua hegemonia sobre a memória local. Por outro lado, nossas inquietações persistiam por nós acreditarmos no costumeiro fascínio que a cidade grande deveria provocar em interioranos, caipiras, caboclos, sertanistas, ribeirinhos enfim, pessoas que, por diferentes motivos, deixam suas pequenas povoações para tentarem melhor sorte na cidade grande.

Entre o “descompasso” do que esperávamos ouvir e o que os entrevistados contavam, nos deparamos com outra peculiaridade das fontes orais: as pessoas quando lembram, o fazem a partir de experiências (com seus mais diferentes valores) no presente, uma espécie de “*joint venture*” da memória do qual nos fala Portelli (1997: 11,12). Peculiaridade que nos possibilitou compreender o “desafino” de antes.

Portanto, após a nossa costumeira pergunta: “Quando o senhor (a) chegou a Manaus, do que o senhor (a) se lembra da cidade?”, os narradores não desembarcavam na capital de outrora vindos de suas respectivas ribeiras interioranas, mas o faziam partindo da Manaus que hoje experimentam com seus milhões de habitantes, seus *Shoppings Centers*, seus carros com suas velocidades e barulhos, seus viadutos, seus sufocantes engarrafamentos, o aumento descontrolado dos bairros sempre empurrando os limites urbanos de uma urbe com índices de violência que, a cada dia, só aumentam.

A analogia, portanto, não está entre os lugares ribeirinhos de onde partiam e a Manaus onde desembarcavam, mas entre esta e a urbe do presente. Maria do Nascimento, além de lembrar a Manaus sem “movimento” dos anos vinte, destacou que “ainda era cidade pequena, tinha pouco trânsito também, se comparada com a de hoje”. Anísio Pedro, em Manaus quarenta anos depois de Maria, é mais contundente ainda, “Não era nada rapaz, Manaus não era nada, Manaus hoje tá grande, hoje pra aquele tempo, Manaus hoje tá muito grande, naquele tempo Manaus era uma porcaria!”.

Para Creuza de Andrade, a “cidade pequena” de 1959, apenas “[...] depois de 1981 pra cá, começou [...] começaram os bairro né [...] aí foi expandindo né, aí não tem limite mais né, e foi, era época di 81”. Para João Cesário, o tamanho de Manaus foi mensurado pelos seus “seis carros de praça, que são os muitos táxis de hoje em dia”.

Por isso, as tímidas impressões que permeiam a reconstrução da cidade feita pelos entrevistados. Ainda assim, não acreditamos que o momento da chegada tenha se revestido apenas de desencantos e banalidades, é possível e plausível pensar que os narradores tenham, cada um a sua maneira, se espantado com uma Manaus superlativa, bem diferente de suas ribeiras, ilhas, águas e barrancos interioranos de onde provinham.

Se a memória é um processo social sempre em construção, jamais seria possível, e nem nós pretendíamos tal coisa, desvincular os entrevistados de suas atuais vivências e convivências em Manaus, fazendo-os lembrar da cidade, exclusivamente a partir do momento da chegada de 50, 60, 70 anos atrás.

Caso – fazendo um exercício de imaginação – pudéssemos entrevistá-los logo depois do desembarque, os sentimentos para com a Manaus de antes poderiam ser outros. Algo próximo talvez, as sensibilidades de Zé Pedro, personagem literário de Francisco Vasconcelos que, de alguma forma, personifica o próprio autor que vindo de Coari, em 1949, também aportou com a família na cidade de Manaus.

Zé Pedro, pensativo em seu tapiri, se deparava com o dilema de vir ou não para capital, por um lado à cheia grande o empurrava, por outro, o receio da metrópole o fincava cada vez mais em sua várzea alagada. Seu filho mais velho ainda, trabalhando no flutuante de Jorge Turco, escutava histórias e estórias magníficas contadas pelos regatões sobre a Manaus/monumento e a cidade-zona franca. Zé Pedro, em tenra idade e em companhia do pai, teve a oportunidade de conhecer apenas a urbe herdeira do passado mítico da borracha. Suas lembranças eram poucas, mas bem significativas.

O fato é que o seu curumim, inspirado nas maravilhas ouvidas no flutuante, aperreava o pai para mudarem para Manaus, cidade também sonhada por Zé Pedro quando criança. Porém, agora ele era um pai de família, com outras responsabilidades, ainda assim, a Manaus, tão diferente da sua ilha natal, como um lugar encantado, também o atraía.

Recorrendo, mais uma vez, às narrativas literárias de Vasconcelos, podemos realizar a analogia entre a Manaus/cidade grande, na qual desembaraçava meus entrevistados, e a ilha/interiorana das estórias de Zé Pedro, berço também da maioria das pessoas que nos contavam um pouco de suas vidas:

Aquelas casas altas, de tijolos e de pedra, pintadas de muitas cores, tudo lindo, tão diferente do mundo em que se vivia. Lembrava-se do seu **espanto** ante o trançar dos carros pelas ruas e tanta gente junta na praia do mercado, que nem na festa de São Sebastião, **lá na ilha**, vira juntar tanto povo. Mas nada lhe causara maior **admiração** do que aquela igreja enorme lá em cima e lá embaixo, no meio da praça, aquele Nosso Senhor todo de pedra, pintado de branco dos pés a cabeça, os braços abertos como se chamasse para um abraço (VASCONCELOS, 1985: 47. Grifo meu).

Destarte, pensando a história de Manaus entre literatura e a memória dos nossos narradores, podemos escapar às amarras conceituais de uma história clássica e entrever uma urbe em movimento. Ela não era nem encantada, nem desencantada, mas, entre suas histórias e memórias, encontramos uma cidade tão real como qualquer outro lugar social, animada por práticas culturais como as casas flutuantes, que foram riscando outras fronteiras nas águas da cidade, produzindo novas imagens, reinventando espaços, inaugurando territórios. Enfim, a Manaus dos flutuantes, que só não existia, ou pouco aparecia, na cidade de uma história clássica e de uma memória oficial.

O “Era uma vez...” que conta História

Nas entrevistas de campo, por vezes, nos deparávamos com o enigmático “Era uma vez...”, ou outras formas literárias similares que pareciam introduzir um “causo”, uma historieta e, de certa forma, até eram contadas nesses tons, mas, com um olhar atento, surpreendia-se, depois daquelas reticências, uma história também. Como no dia da conversa com a Senhora Francisca Pereira da Silva quando procurávamos saber sobre as grandes enchentes, especialmente a de 1953, a maior do século passado no Amazonas e um fator responsável pelo aumento de casas flutuantes na capital e no interior do estado.

Francisca da Silva, do alto de seus quase cem anos de vida, não se lembrou, para nossa frustração, de maiores detalhes das grandes enchentes no Amazonas, mesmo a famosa de 1953 quando já era adulta e mãe de quatro filhos: “[...] mi lembro não, seu menino! [...]”, sussurrou em tom de lamentação!

Todavia, de vez em quando, ao longo da conversa com seu filho, Francisco Pereira da Silva, nato em 1949, consegui auscultar algumas histórias que ela subitamente começava a repetir como se viessem de relance do fundo de antigas

memórias. Ela repetia as histórias tanto pra conseguir minha atenção quanto para protegê-la do esquecimento. Então lhe passei a palavra imediatamente:

Era uma vez seu menino, aquela enchente grande nós tava! Aquilo boiava e sumia, boiava e sumia no meio do Solimões, meu Deus! Aí os menino: *umbora lá vê o que é*, pois não era a Piraíba, engoliu o homem, não agüentou, ficou a metade do homem pra fora, praticamente o homem morre aí.

Francisca re-encenava em sua memória todo um imaginário mítico, próprio do lugar, repleto de lendas com seus seres miraculosos que, menos como elementos de fuga da realidade, a explicam e conferem significados as suas memórias e histórias que podem começar com o insólito “Era uma vez”, mas não se enganem! O texto e o contexto de Francisca são muito reais, seus “monstros” (o “aquilo” de sua fala), são bem familiares, o espaço (“no meio” do rio), ainda que comumente o território dos encantos e dos sortilégios, é perfeitamente reconhecível: Médio Solimões, entre os municípios de Coari, onde moravam, e Tefé, para onde se dirigiam.

De fato, nunca se comprovou que as Piraíbas, conhecidas como “peixes-fera” na região e que atingem quase três metros de comprimento, possam engolir um ser humano. Por outro lado, isso não deve levar a história de Francisca apenas para o campo da fantasia, para tanto, retomemos sua narrativa.

Todas as vezes que ela se referia as grandes alagações, tratava-se sempre de enchentes muito vivas, crescidas e indomáveis, com águas que em vez de solapar as margens, “comiam a terra”. Assim, também não seriam o território de monstros devoradores de gente? Como a Piraíba que comeu o homem no meio do rio, ou como a imensa sucuri que ela apenas pode testemunhar devorando suas galinhas e seu cachorro: “tinha era muito!”, lembrou ainda espantada com a ferocidade da cobra.

Outro entrevistado, João Cesário da Silva, sobre a cheia de 1953, também nos assegurou que nem crianças, nem adultos estavam a salvo dos ataques das cobras: “quando dava fé, a cobra tinha entrado na rede pra pegar a pessoa, é entrando pegando criança de vários lugares por aí” como nas margens onde morava Francisca da Silva.

Agora procurávamos reconstruir a Manaus do início do meu recorte (1920); o que animava as fontes impressas era a cidade da crise da borracha provocada pelo fim dos ricos dividendos da economia gomífera. Mesmo reconhecendo a importante questão que, por diferentes vieses, atravessava a sociedade amazônica como um todo, seguíamos

não acreditando ser a pauta econômica o único assunto no interior da urbe que tentávamos esboçar, tal como repõe uma historiografia tradicional.

Sobretudo, buscávamos “ouvir” as conversas largadas dos moradores populares pelas ruas, vielas e barrancos de Manaus. Então, se quase nada achava naquela historiografia e nas fontes oficiais, recorremos às crônicas urbanas de Claudio Amazonas (1987), a prosa de Moacir Andrade (1985) e aos versos de Thiago de Mello (1984). Em comum, nas três obras: memórias de memorialistas sobre Manaus.

Mais uma vez foram os bichos devoradores de gente, as conversas que davam o tom do disse me disse pela Manaus do início da década de vinte. Na ocasião, reinava de boca em boca a história de “Neca”, a moça que em 20 de fevereiro de 1920 foi devorada viva por um enorme jacaré.

Segundo Claudio Amazonas, a história ficou registrada, na imprensa da época, como o “caso Neca”, amplamente explorado pelos jornais da cidade. A cena horripilante se deu próximo ao Porto de Catraias à Rua dos Andradas que servia para a travessia da população entre o Centro e o bairro de Educandos.

Moacir Andrade informa que “Neca” era Enedina Souza de Alencar que, acusada de matar e enterrar a irmã hanseniana nos fundos do quintal onde morava nas margens do Igarapé dos Educandos, em juízo, jurou solenemente: “se eu for culpada quero que a maior fera do Amazonas me devore!”. Depois de inocentada pela Justiça, uma semana depois, quando tomava banho e lavava roupa na ilha do Caxangá, foi arrebatada por um enorme réptil que, segundo catraieiros e trabalhadores das serrarias próximas, com “Neca” entre suas mandíbulas, desfilou pela foz do igarapé com o Rio Negro mergulhando em seguida para nunca mais voltar.

“Neca”, como corria pelas bocas assustadas da cidade, podia ter enganado a Lei, mas não escapou da justiça divina que veio na forma do colossal animal que ela desafiou. “Neca”, definitivamente, era a assassina da irmã.

Nesse ponto, se a história de “Neca” começou como um fato histórico sob a pena do cronista e dos poetas, inversamente, foi se tornado uma estória, um conto, à medida que eu tentávamos rastrear “Neca” nos jornais da cidade que, como informavam os três autores, se refestelaram com o acontecido.

Tínhamos o ano, o dia e até à hora (13 horas) do fato contado pelos escritores, mas não encontramos uma linha sobre “Neca” nos impressos jornalísticos de Manaus. Teriam os memorialistas nos enganado? Ou, afirmando que “saiu no jornal”, procuravam respaldar sua narrativa com a “sacralidade” da palavra impressa? Ou ainda,

o caso aconteceu de fato, mas nunca foi pauta da imprensa local, cujas linhas se destinavam quase que exclusivamente aos debates e lamentações da crise econômica da borracha?

De qualquer forma, as inquietações persistiam e, com o passar dos anos e um incessante recontar, o espetacular episódio de “Neca” foi assumindo, definitivamente, formas de lenda, de uma estória com uma moral exemplar, própria dos contos, lembrando aos potenciais mentirosos seu destino. Muitas mães de então não hesitavam em alertar, reanimando o “jacaré de Neca”, os filhos que ousassem lhes faltar com a verdade. Assim, tanto na forma de estória, como de história, a narrativa de “Neca” ensinava e advertia as gerações futuras.

Os próprios flutuantes, já configurados como uma cidade sobre as águas nos anos sessenta foi um espaço preñado de narrativas diversas, afinal de contas, centenas de pessoas morando em casas (a maioria iluminadas por velas ou lamparina) boiando sobre as águas escuras de um dos maiores rios do mundo, na Amazônia que ainda respirava mistérios e encantos, são capazes de atizar a imaginação, ativar os sentidos, recriar imagens que produzem novas histórias, nas quais, vez por outra, se surpreendia atravessadas por velhas histórias do imaginário amazônico.

O rumo das entrevistas concentrava-se nos medos (se é que tinham) dos moradores de flutuantes de viverem sobre as águas. Não buscávamos histórias, nem mesmo as percebemos nas primeiras conversas e transcrições. Eles nos relataram temores que, de certa forma, já esperávamos, como as tempestades que enervavam as águas do rio, comprometendo a segurança das casas, segundo nos contou Vivaldo Correa, e o medo dos afogamentos, sobretudo das crianças, que tirava o sono dos pais, enfim, todos ligados à água, pilar de suas casas, de suas histórias e, mais ainda, de suas imaginações.

Morar sobre as águas, além de adequações das casas (bóias, amarrações, âncoras, pontes e ruas) exigia ainda adaptação de hábitos. O meio natural peculiar sobre o qual estavam assentados exigia de seus moradores cuidados diferenciados. Trazia vantagens, mas também perigos aos quais os moradores deveriam estar atentos e precavidos.

Vivaldo Correa foi logo dizendo o “mandamento” básico: “[...] primeiro que tudo que caísse ali (na água) não retornava não porque ia pro fundo [...]” e isso se aplicava também às pessoas. Ali ainda era o território das piranhas e cobras, ou os “[...]”

muitos bichos que tinha [...]” como sempre enfatizava Vivaldo, podendo estar à espreita dos desavisados e incautos, especialmente as muitas crianças do lugar.

Dependendo do ponto do rio onde caíssem, se não fossem salvas logo, eram devoradas, ou, como nos narrou penosamente Vivaldo, voltava “[...] só a carcaça, não tinha mais nada [...]”, destino terrível que ele mesmo evitou ao filho de um vizinho, quando mergulhou nas águas do rio para salvá-lo. As narrativas de Francisco da Silva, também seguiram o mesmo assombro: “caiu dentro d’água ali perto do flutuante, tava perto do cais, quando puxaram a criança, só o esqueleto!”.

Mas não era só o fundo do rio o lugar do medo dos moradores, a superfície das águas ainda era repleta das bóias de *Açacu*, grandes toras de madeira sobre a qual se erguia os flutuantes e que, umedecidas pelas chuvas e águas do rio, se recobriam de lodo, ficando mais lisas, propícias aos tombos para as águas represadas e sujas do rio (destino dos dejetos e águas servidas da cidade flutuante e da Manaus como um todo), funcionando ainda, retoma Vivaldo, como uma intransponível barreira para os afogados voltarem à tona, “[...] a criança caía né e corria em baixo né e levava pra baixo do flutuante, aí não tinha condição di puxar fôlego e morria [...]”.

Edneia Cortezão, criança a época, começou a narrativa de seus medos com o sugestivo “certa noite”, quando ela resolveu ir até o flutuante do tio, a uma varanda apenas de distância do seu, ela estava passando para o outro flutuante, quando “[...] eu engatei o meu pé [...]” e caiu nas profundas e perigosas águas do Igarapé dos Educandos, não fosse o arrojo do empregado de seu pai, se atirando nas águas, “[...] ele foi me pegar no fundo [...]” e Edneia, por volta dos cinco anos, teria morrido afogada.

Francisca Malta, por exemplo, nos assegurou que o portão de sua casa flutuante era todo tempo fechado para manter seus filhos longe das águas negras e sujas, cujo fundo nunca se via e nunca se sabia! Assim, os cuidados com as crianças à noite redobravam-se na casa de Edneia, “caia à tarde” e sua mãe recolhia os filhos para o interior do flutuante. Ainda deveriam ser muito vivas para a família a imagem das três meninas, filhas de um vizinho que, como narrou Edneia “[...] amanheceram boiando [...] o corpo boiando nas águas [...]” do igarapé e nunca se soube como elas foram parar ali.

Não era raro que crianças simplesmente sumissem nas águas do rio, até hoje, sabe-se de histórias e estórias e mesmo no tom da palavra impressa, por vezes, podia-se entrever algo de não ou mal explicado, como no caso do menino Mario Barbosa, de oito anos que, ao amanhecer, o dia ainda se fazia escuro, resolveu ir brincar de “curica” no passeio do flutuante de onde se precipitou para as águas do Igarapé de São Raimundo,

“morrendo afogado” afirma a nota e, para desespero maior dos pais, apesar das buscas imediatas, “seu corpo desapareceu no fundo das águas” (A CRITICA: 1949).

Sob uma determinada luz, acreditamos que não eram apenas os “bichos” à espreita e as grandes toras de *Açacu* na superfície das águas, impedindo os afogados de retomar o fôlego, o único fomentador dos medos, tangenciando esses temores que nós buscávamos para iluminar nossas reflexões para com as condições de vida do lugar, flagramos, mais uma vez, o panteão amazônico de estórias lendárias, a força de mitos em que o rio é sempre personagem vivo e atuante, com águas que “comem terra”, afundam embarcações, devoram pessoas, lugar de animais reais como as piranhas relatadas pelos entrevistados, e ainda de “bichos” não tão reais como o jacaré que devorou “Neca”.

Considerações Finais

Enfatizamos, finalmente, que a cultura do homem amazônico é profundamente marcada pela relação com as águas: sobre elas podem construir suas casas flutuantes e sob elas está a maior parte de seus alimentos; nelas organizam seus meios de transporte e comunicação, seus trabalhos, comércio, lazeres e outras convivências.

Mas essas águas ainda habitam e significam sua literatura sempre rica de contos, cantos e encantos, estórias prenhas de lendas que atravessam suas festas e rituais, sendo parte significativa de um imaginário peculiar que plasma suas vidas e, por isso, também explica seu mundo.

Entre as estórias das águas, uma das mais famosas, anima-se pela cidade encantada do fundo do rio, lugar de beleza e perfeição, onde jazem felicidade e harmonia eterna. Por isso a cidade maravilha submersa poderia atrair os desventurados, persuadir os incrédulos, arrebatam almas inquietas como as crianças da cidade flutuante. Na Amazônia, até os dias de hoje, é comum ouvir que os afogados que desaparecem no rio, se tornam “encantados”, que existem, mas não podem ser vistos.

Tanto quanto para as águas reais do Rio Negro, era também para essas águas encantadas, sempre marcantes no panteão das estórias amazônicas, que os pais da cidade flutuante tinham medo de perder seus filhos. Eles olhavam para sua realidade histórica, mas sem desconsiderar seus mitos.

Fontes Orais

Anísio Pedro da Silva: nascimento, 14.03.1937; local, Rio Ituxi (Lábrea-AM); profissão, aposentado; morador da “cidade flutuante”. Data da entrevista, 13.01. 2008.

Creuza Rodrigues de Andrade: nascimento, 26.10.1940; local, Rio Jaú-AM; profissão, vendedora de churrasco; moradora da “cidade flutuante”. Datas das entrevistas: 15.03 e 12. 09. 2008; 09.12. 2009.

Edneia Roque Cortezão: nascimento, 19.01.1960; local, Manaus-AM; profissão: funcionaria do IBGE; moradora da “cidade flutuante”. Data da entrevista, 18. 02. 2008.

Francisca da Silva Malta: nascimento, 14.03.1937; local, Canindé-CE; profissão, do lar; moradora da “cidade flutuante”. Datas das entrevistas: 25.01 e 15.03. 2006, 06.03 e 25.09. 2008, 21.11. 2009.

Francisca Pereira da Silva: nascimento: 20.09. 1913; local, Coari-AM; profissão, do lar; moradora da “cidade flutuante”. Datas das entrevistas, 15.01 e 23. 09. 2008.

Francisco Pereira da Silva: nascimento, 07.09.1949; local, Coari-AM; profissão, ambulante; morador da “cidade flutuante”. Datas das entrevistas, 15.01 e 23.09.2008.

João Cesário da Silva: nascimento, 08.09.1931; Local, Manaus-AM; profissão, construtor naval (aposentado); vizinho da “cidade flutuante”. Datas das entrevistas, 17.06.2005, 27.09.2008 e 29.11. 2009.

Maria do Nascimento Borél: nascimento, 1918; local, Janaucá-AM; profissão: costureira; teve suas terras ocupadas em 1968 por ex-moradores da “cidade flutuante”. Data da entrevista: 15.01.2008.

Mario dos Santos: nascimento, 18.12.1942; local, Manaquiri-AM; profissão, vendedor de café em canoa; morador da “cidade flutuante”. Data da entrevista, 17.06.2005.

Sebastião de Souza Garcia: nascimento, 10.11.1938; local, Manaquiri-AM; profissão, feirante desde 1953; morador da “cidade flutuante”. Datsa das entrevistas, 12.02. 2006, 26.01, 06.03 e 18.10.2008, 20.11.2009.

Vivaldo Correa Lima: nascimento, 06.09.1935; local, Manaquiri-AM; profissão, Policial Militar, Cabo Reformado; morador da “cidade flutuante”. Datas das entrevistas, 25.01. 2006, 06.03 e 01.10.2008; 21.11.2009.

Referências Bibliográficas

AMAZONAS, Cláudio. Gonçalves, *O rei da noite: peripécias de um certo marreteiro*. Manaus: Muiraquitã, 2007.

ANDRADE, Moacir. *Manaus: ruas, fachadas e varandas*. Manaus: Humberto Calderaro, 1985.

BARATA SOUZA, Leno José. *Cidade flutuante, uma Manaus sobre as águas: 1920-1967*. 2010. 355 p. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

BARATA SOUZA, Leno José. *Vivência popular na imprensa amazonense: Manaus da borracha, 1908-1917*. 2005. 367 p. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco – antes e além – depois*. Manaus: Umberto Calderaro, 1977.

CORRÊA, Luiz de Miranda. *Roteiro histórico e sentimental da Cidade do Rio Negro*. Manaus: Artenova Ltda., 1969.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MARCOY, Paul. *Viagem pelo Rio Amazonas*. Manaus: EDUA, 2001.

MELLO, Thiago de. *Manaus: amor e memória*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*. São Paulo, V. 14, n. 14, pp. 07-24, 1997.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas/Governo do Estado do Amazonas, 1977.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SPIX, Johann B. von e MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. 2ª ed. Vol. III. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VASCONCELOS, Francisco. *Regime das águas*. Manaus: Puxirum, 1985.

Periódico

A Crítica. Pereceu afogado. Manaus, 13 de junho de 1949, p. 01.

Recebido em 3 de Outubro 2013/
Aprovado em 20 de Novembro 2013.